

Marcello Vieira da Silva

Pessoas com deficiência: percepção, conhecimento e
experiência dos estudantes de Odontologia da
Universidade de Brasília

Brasília
2021

Marcello Vieira da Silva

Pessoas com deficiência: percepção, conhecimento e
experiência dos estudantes de Odontologia da
Universidade de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Odontologia da Faculdade de
Ciências da Saúde da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para a conclusão do curso
de Graduação em Odontologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cristiane Tomaz Rocha

Co-orientadora: M.^a Cláudia Lúcia Moreira

Brasília
2021

À Deus, à minha família que me apoiou a seguir sonhando, aos PcD que foram minha fonte de inspiração e a cada pessoa que contribuiu para que essa jornada se tornasse inesquecível.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter sido meu equilíbrio, por sempre me fortalecer e me recompensar com tanta luz, bênçãos e prosperidade. Obrigado por me manter de pé mesmo diante de tantos obstáculos que surgiram ao longo do caminho.

Ao meu pai Cláudio Vieira, que permitiu que eu pudesse trilhar este sonho me dando suporte e incentivo financeiro. Obrigado pela paciência, por credibilizar o meu esforço e confiar no meu sonho.

À minha mãe Ozana Vieira, que também trabalhou arduamente para me poupar das preocupações financeiras, e que venceu o câncer para poder trilhar comigo o caminho deste sonho tão almejado. Obrigado por lutar, por se doar e por me amar tanto assim, prometo que farei cada dia difícil ter valido a pena.

À minha irmã Anna Cláudia, que sempre incentiva as minhas escolhas, me entende como ninguém e é a minha parceira de todas as horas.

À minha Irmã Danielle Christine, que sempre acreditou no meu potencial e que sempre esteve torcendo pelo meu sucesso.

À minha orientadora Cristiane Tomaz que se tornou muito mais do que uma professora, uma grande amiga. Serei eternamente grato por você ter apostado nas minhas ideias, por ter me incentivado desde o início, por dividir seu tempo comigo e por me ajudar tanto. Me sinto muito sortudo por tê-la neste trabalho.

À minha grande amiga Clara Hamburgo, que tornou meus dias mais leves, foi meu ombro amigo e meu braço direito desde o início do curso. Obrigado por acreditar no que construímos durante todos esses anos.

Aos meus amigos Gil e Igor que se tornaram pessoas essenciais na minha trajetória, exteriorizam nossa amizade para além da faculdade. Obrigado por estarem comigo e por se manterem sempre especiais.

À minha coorientadora Cláudia Lúcia, que sempre foi muito carinhosa e gentil nas sugestões.

Ao professor Rodrigo Medeiros. Obrigado pelas dicas e por me incentivar a aprender sobre estatística.

A todos os meus amigos e colegas que de alguma forma contribuíram para o meu amadurecimento durante esse percurso.

As Pessoas com deficiência. Vocês foram minha fonte de inspiração e o principal motivo para a construção deste trabalho.

EPÍGRAFE

“Alguns homens vêem as coisas como são, e dizem:
Porquê? Eu sonho com as coisas que nunca foram, e
digo: Por que não?”

(George Bernard Shaw)

RESUMO

VIEIRA DA SILVA, Marcello. Pessoas com deficiência: percepção, conhecimento e experiência dos estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) – Departamento de Odontologia da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

Objetivo: O objetivo deste estudo foi analisar a percepção, o conhecimento e a experiência de estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília sobre Pessoas com Deficiência (PcD). **Métodos:** Trata-se de um estudo transversal, com alunos entre o 5º e 10º semestre, constituído de duas fases correspondentes à construção e validação de um questionário por juízes e aplicação aos participantes de forma remota. Uma estatística descritiva e Teste Exato de Fisher, com nível de significância de 5%, foram aplicados. **Resultados:** Um total de 133 alunos participaram do estudo, sendo 78,9% do sexo feminino e 35,3% conhecia alguma PcD. A grande maioria (82%) nunca atendeu uma PcD e 91% nunca tiveram acesso a esse conteúdo na graduação. Cerca de 98,5% sentem falta de uma disciplina específica, e se matriculariam

caso existisse. A maioria (63,9%) demonstrou muito interesse sobre o tema e 78,2% relataram não se sentirem preparados para atender PcD. **Conclusão:** Conclui-se que os estudantes demonstraram pouco acesso e ampla necessidade de conteúdos sobre PcD, além de não possuírem experiências o suficiente durante o curso. Eles percebem a importância e se interessam por este conhecimento na graduação para se consolidar profissionalmente.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência, Conhecimento, Percepção, Estudantes de Odontologia

ABSTRACT

VIEIRA DA SILVA, Marcello. People with disabilities: perception, knowledge and experience of Dentistry students at the University of Brasília. 2021. Undergraduate Course Final Monograph (Undergraduate Course in Dentistry) – Department of Dentistry, School of Health Sciences, University of Brasília.

Objective: The objective of this study was to analyze the perception, knowledge and experience of Dentistry students at the University of Brasília about People with Disabilities (PwD). **Methods:** This is a cross-sectional study, with students between the 5th and 10th semester, consisted of two phases corresponding to the construction and validation of a questionnaire by judges and application to participants remotely. Descriptive statistics and Fisher's Exact Test, with a significance level of 5%, were used. **Results:** A total of 133 students participated, 78.9% were female and 35.3% knew some PwD. The vast majority (82%) never attended a PwD and 91% never had access to this content during graduation. About 98.5% miss a specific discipline, and would enroll if it existed. The majority (63.9%) showed a lot of interest on the topic and 78.2% reported not feeling prepared to

attend PwD. **Conclusion:** It is concluded that the students showed little access and a wide need for content on PwD, in addition to not having enough experiences during the course. They realize the importance and are interested in this knowledge at graduation to consolidate themselves professionally.

Keywords: People with Disabilities, Knowledge, Perception, Dentistry Students

SUMÁRIO

Artigo Científico.....	19
Folha de Título.....	21
Resumo.....	22
Relevância Clínica.....	24
Abstract.....	25
Introdução.....	27
Metodologia.....	31
Resultados.....	37
Validação de Conteúdo do Instrumento.....	37
Aplicação do Questionário.....	38
Domínio Experiência (A).....	40
Domínio Conhecimento (B).....	41
Domínio Percepção (C).....	43
Associação entre as variáveis.....	45
Discussão.....	50
Conclusão.....	58
Referências.....	59
Apêndices.....	66
Apêndice 1. Questionário.....	66
Apêndice 2. TCLE Juízes.....	69
Apêndice 3. TCLE Estudantes.....	73

Anexos.....	77
Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas.....	77
Normas da Revista.....	81

ARTIGO CIENTÍFICO

Este trabalho de Conclusão de Curso é baseado no artigo científico:

DA SILVA, Marcello Vieira; ROCHA, Cristiane Tomaz; MOREIRA, Cláudia Lúcia. Pessoas com deficiência: percepção, conhecimento e experiência dos estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília. Apresentado sob as normas de publicação da Revista Special Care in Dentistry.

FOLHA DE TÍTULO

Pessoas com deficiência: percepção, conhecimento e experiência dos estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília.

People with disabilities: perception, knowledge and experience of Dentistry students at the University of Brasília.

Marcello Vieira da Silva¹
Cristiane Tomaz Rocha²
Cláudia Lúcia Moreira³

¹ Aluno de Graduação em Odontologia da Universidade de Brasília (UnB).

² Professora Associada da disciplina de Odontopediatria da Universidade de Brasília (UnB).

³ Professora da disciplina de Odontopediatria, Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (UNICEPLAC).

Correspondência: Prof^a. Dr^a. Cristiane Tomaz Rocha

Campus Universitário Darcy Ribeiro - UnB - Faculdade de Ciências da Saúde - Departamento de Odontologia - 70910-900 - Asa Norte - Brasília - DF

E-mail: cristianetomaz@hotmail.com / Telefone: (61) 3107.1849

RESUMO

Pessoas com Deficiência: percepção, conhecimento e experiência dos estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília

Resumo

Objetivo: O objetivo deste estudo foi analisar a percepção, o conhecimento e a experiência de estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília sobre Pessoas com Deficiência (PcD). **Métodos:** Trata-se de um estudo transversal, com alunos entre o 5º e 10º semestre, constituído de duas fases correspondentes à construção e validação de um questionário por juízes e aplicação aos participantes de forma remota. Uma estatística descritiva e Teste Exato de Fisher, com nível de significância de 5%, foram aplicados. **Resultados:** Um total de 133 alunos participaram, sendo 78,9% do sexo feminino e 35,3% conhecia algum PcD. A grande maioria (82%) nunca atendeu uma PcD e 91% nunca tiveram acesso a esse conteúdo na graduação. Cerca de 98,5% sentem falta de uma disciplina específica, e se matriculariam caso existisse. A maioria (63,9%) demonstrou muito interesse

sobre o tema e 78,2% relataram não se sentirem preparados para atender PcD. **Conclusão:** Conclui-se que os estudantes demonstraram pouco acesso e ampla necessidade de conteúdos sobre PcD, além de não possuírem experiências o suficiente durante o curso. Eles percebem a importância e se interessam por este conhecimento na graduação para se consolidar profissionalmente.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência, Conhecimento, Percepção, Estudantes de Odontologia

RELEVÂNCIA CLÍNICA

O estudo aborda a importância sobre o preparo durante a graduação, no ambiente acadêmico, de alunos que serão futuros profissionais, no manejo de pacientes com deficiência, através do desenvolvimento de conteúdos disponibilizados durante o período de formação acadêmica. Através da abordagem deste tema, é possível enfatizar a importância da capacitação dos estudantes para inclusão dos pacientes com deficiência. Assim, um mercado com maior acesso aos serviços oferecidos pela área odontológica será disponibilizado, de modo multidisciplinar, capaz de incluir e melhorar a condição de saúde de todo e qualquer indivíduo, independentemente de sua condição clínica.

ABSTRACT

People with Disabilities: Perception, Knowledge and experience of dentistry students at the University of Brasília, Brazil

Abstract

Objective: The objective of this study was to analyze the perception, knowledge and experience of Dentistry students at the University of Brasília about People with Disabilities (PwD). **Methods:** This is a cross-sectional study, with students between the 5th and 10th semester, consisted of two phases corresponding to the construction and validation of a questionnaire by judges and application to participants remotely. Descriptive statistics and Fisher's Exact Test, with a significance level of 5%, were used. **Results:** A total of 133 students participated, 78.9% were female and 35.3% knew some PwD. The vast majority (82%) never attended a PwD and 91% never had access to this content during graduation. About 98.5% miss a specific discipline, and would enroll if it existed. The majority (63.9%) showed a lot of interest on the topic and 78.2% reported not feeling prepared to attend PwD. **Conclusion:** It is concluded that the

students showed little access and a wide need for content on PwD, in addition to not having enough experiences during the course. They realize the importance and are interested in this knowledge at graduation to consolidate themselves professionally.

Keyword: People with Disabilities, Knowledge, Perception, Dentistry Students

INTRODUÇÃO

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº. 13.146 de 6 de julho de 2015, responsável por instituir a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD), tem como objetivo promover garantias fundamentais para os indivíduos com algum tipo de deficiência, por meio da inclusão social. Essas garantias são fundamentadas a partir da definição de PcD, determinada pela Portaria 2.344/2010 da Secretaria dos Direitos Humanos. Assim, PcD são aqueles indivíduos que apresentam restrições de natureza física, intelectual ou sensorial podendo possuir algum ou vários tipos de deficiência, as quais trazem prejuízos às suas funções enquanto pertencentes à sociedade.¹ Outro termo comumente usado para se referir a pessoas com deficiência é “Pessoas com Necessidades Especiais” (PNE). No entanto, PNE é usado para englobar além de PcD, pessoas idosas, pessoas acidentadas, que temporariamente têm alguma restrição funcional, ou gestantes, que precisam temporariamente de cuidados especiais.²

A disparidade entre o uso do termo correto e a definição do que é considerado deficiência entre os países e censos demográficos impossibilita a

homogeneização de amostras e dados. Essa incompatibilidade de padronização, em relação aos critérios de classificação, dificulta o levantamento de informações exatas sobre estes indivíduos. Ainda assim, acredita-se que pelo menos 10% da população mundial vive com algum tipo de deficiência.³

Baseado em uma nova linha de corte proposta pelo Grupo de Washington para Estatísticas sobre PcD,⁴ o IBGE lançou uma nota técnica em 2018 reavaliando a interpretação de dados que classificam PcD, transformando os 23,9%⁵ em 6,7%⁶. Essa releitura mede o grau de dificuldade em domínios funcionais, considerando PcD como o indivíduo que se auto avalia tendo muita dificuldade ou não conseguir realizar alguma das atividades propostas pelo novo corte.⁶ Já na capital do país, um estudo realizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) mostrou que 4,8% da população possui alguma deficiência.⁷

No contexto odontológico, uma PcD é aquela que possui dificuldade para realizar a sua higienização bucal por conta própria ou para colaborar com os seus responsáveis, devido a alguma limitação física ou comportamental. A negligência neste tipo de cuidado pode desencadear diversos agravos à saúde a estes

indivíduos.⁸ As disfunções sistêmicas, motoras e comportamentais tendem a aumentar a predisposição a doenças bucais que, por sua vez, podem interferir em doenças sistêmicas pré-existentes.⁹ Neste sentido, PcD requer uma atenção odontológica específica pela sua condição¹⁰ e cirurgiões dentistas devem estar aptos para o atendimento integral destes pacientes.¹¹

O Brasil foi considerado o primeiro país a reconhecer a Odontologia para pessoas com deficiência como uma especialidade,¹² incluindo no currículo da graduação em faculdades do país a partir de 2002.¹³ A Odontologia para PcD deve ser vista como complementar às demais especialidades e capaz de agregar conhecimento ao ensino oferecido durante o período da graduação. Mesmo assim, o atendimento odontológico para esta população permanece em baixa escala por falta de profissionais que se interessem na qualificação para esta área.¹⁴ Desta forma, a necessidade de formação de um profissional apto reflete diretamente no aumento da acessibilidade.¹⁵

Embora a evolução das práticas em Odontologia, desde da graduação, ocorra em algumas instituições de ensino, ainda há um déficit de propostas capazes de tornar o estudante apto no atendimento a PcD e de

agregá-lo à rotina clínica para que as demandas desta população sejam atendidas.¹⁶ Além disso, outros fatores afetam a acessibilidade destes pacientes, incluindo barreiras estruturais que limitam o suporte e o acesso aos serviços essenciais de saúde e a superproteção da PcD por seus responsáveis.¹⁷ A falta de acesso ao atendimento odontológico,¹⁸ a dificuldade técnica e o envolvimento emocional por parte dos cirurgiões dentistas também representam um empecilho ao atendimento destes indivíduos.¹⁹ Portanto, os estudantes de Odontologia necessitam de incentivos capazes de instigá-los a tratar PcD desde o período da faculdade, propiciando um ambiente multidisciplinar que os aproximem desta realidade.²⁰

Pelo exposto, a hipótese deste trabalho é de que os acadêmicos de Odontologia da UnB não possuem conhecimento e experiência o suficiente durante o curso para o atendimento odontológico de PcD, ainda que possam demonstrar interesse sobre a importância deste tema durante a sua formação acadêmica. Dessa forma, o objetivo deste estudo consistiu em construir, validar e aplicar um instrumento para avaliar a percepção, o conhecimento e a experiência destes estudantes com relação ao atendimento odontológico de PcD.

METODOLOGIA

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB (CAEE 28571220.6.0000.0030) e os participantes foram selecionados apenas após a aprovação do mesmo.

Trata-se de um estudo observacional, analítico e transversal constituído de duas fases. A primeira fase correspondeu à construção e validação, através da avaliação por juízes, de um instrumento sob forma de questionário, que avaliava a percepção, o conhecimento e as experiências vivenciadas pelos estudantes de Odontologia da UnB sobre o atendimento odontológico de PcD. Já a segunda fase correspondeu à aplicação do questionário online aos estudantes de Odontologia.

Para a seleção dos juízes, os critérios de inclusão utilizados foram professor universitário com experiência no atendimento de PcD, cirurgião-dentista que realizava atendimento frequente de PcD no Hospital Universitário de Brasília (HUB) ou cirurgião-dentista recém formado que atuava ou tinha interesse pela área. Como critérios de exclusão, aqueles que tivessem cargo de gestão da

universidade ou outro serviço público foram excluídos do estudo.

Uma amostra de conveniência foi utilizada com estudantes de graduação do Curso de Odontologia da UnB. Os critérios de inclusão foram alunos entre o 5° e 10° semestre de ambos os sexos, os quais já realizam atendimentos na clínica odontológica do Hospital Universitário de Brasília (HUB). Já os critérios de exclusão utilizados foram estudantes que não estivessem em condições físicas e psíquicas para responderem o questionário. Como não foi encontrado nenhum modelo de questionário na literatura que atendesse todos os objetivos de análise do estudo, um instrumento de coleta de dados foi desenvolvido sob forma de questionário, baseado em alguns artigos.^{9,21-23} Este questionário semiestruturado inicialmente conteve 23 questões, que variam entre alternativas de múltipla escolha, caixa de seleção ou de respostas curtas. O questionário foi estruturado e dividido em três domínios diferentes: A) - Experiência; B) - Conhecimento; C) - Percepção (Apêndice 1). A distribuição de domínios foi determinada a partir da premissa de organizar os dados entre os pesquisadores, de acordo com a discussão sobre o tema.

O domínio (A) representou o grau de experiência dos estudantes de Odontologia com PcD fora e dentro do Curso de graduação e continha quatro questões. O domínio (B) abordou o conhecimento dos estudantes com relação ao tema e possuía cinco questões. Por fim, o domínio (C) englobou a percepção dos estudantes diante do atendimento de PcD com cinco questões. As demais questões (8 questões), eram referentes aos dados gerais dos participantes, como sexo, semestre, idade e outros.

Após a finalização do questionário, cinco juízes foram convidados a participarem do estudo e realizarem o processo de validação de conteúdo. Tanto o questionário elaborado quanto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram enviados via e-mail aos juízes convidados. O questionário passou pelo método de validação de conteúdo²⁴ para avaliar o grau de relevância de cada elemento que compõe o instrumento de pesquisa. As questões foram avaliadas de acordo com as instruções, de forma individual. Para validação quantitativa do conteúdo, o Índice de Validade de Conteúdo (IVC), do inglês, *Content Validity Index* (CVI) foi empregado²⁵ e, desta forma, os juízes classificaram as perguntas em

relevantes ou não relevantes e também adicionaram comentários após cada questão quando julgaram necessário. Dados referentes a sexo, idade, grau de instrução, tempo de experiência na profissão ou função e local de atuação atual também foram coletados.

QUADRO 1. Abordagem de análise das questões pelos juízes.

<p>A TEMÁTICA DA QUESTÃO É RELEVANTE, CONFORME OS OBJETIVOS DA PESQUISA?</p> <p>() altamente relevante () bastante relevante () pouco relevante () não relevante</p>
<p>A INFORMAÇÃO É CLARA (texto, estrutura, clareza)?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>() Manter a questão original () Reformular a questão () Eliminar a questão</p>
<p>SUGESTÕES:</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a avaliação pelos juízes de todas as questões que compuseram o questionário, calculou-se o IVC de cada questão da seguinte maneira:

IVC = (número de juízes que consideram a questão relevante / número total de juízes) x 100

De acordo com critérios estabelecidos,²³ as questões que obtiveram IVC maior ou igual a 80% foram aceitas, IVC menor que 80% e maior ou igual a 50% foram reformuladas e IVC menor que 50% foram descartadas.

Concluído o processo de validação pelos juízes, um estudo piloto com 15 estudantes foi realizado de maneira remota (online), a fim de verificar a compreensão das questões e nível de dificuldade dos estudantes diante das alternativas presentes no questionário. Os participantes desta fase não foram incluídos na amostra final do estudo.

Após os ajustes necessários e a conclusão da validação do instrumento para coleta de dados, iniciou-se a segunda fase com a aplicação do questionário de forma remota aos estudantes do Curso de Odontologia da UnB. Estes estudantes foram convidados a participarem da pesquisa através de mensagens por meio do aplicativo *Whatsapp*. Um link de acesso ao formulário criado pela plataforma Google Forms foi enviado, o qual disponibilizou o questionário e

o TCLE. Após leitura do TCLE, os estudantes que concordaram em participar da pesquisa assinalaram como resposta “Concordo” no formulário, informando seu consentimento à pesquisa e puderam realizar um download para ter uma cópia do TCLE assinado pela pesquisadora responsável.

A aplicação dos questionários ocorreu entre janeiro e março de 2021. As respostas foram colhidas e analisadas de acordo com cada semestre.

Os dados foram tabulados em planilha de Excel e analisados por meio do programa estatístico (IBM Software Statistical Package for The Social Sciences SPSS Statistics versão 26.0, Chicago, IL, EUA). Uma estatística descritiva foi realizada para a caracterização da amostra, tendo a distribuição com base em suas frequências absolutas e relativas. A análise estatística bivariada foi utilizada através do Teste Exato de Fisher para verificar a associação entre a percepção, o conhecimento e a experiência dos alunos, baseados nas questões presentes no questionário aplicado. Um nível de significância de 5% foi adotado.

RESULTADOS

Validação de Conteúdo do Instrumento

Na primeira fase do estudo, durante a construção e validação de conteúdo do instrumento pelos juízes, o primeiro passo se referiu à descrição dos dados dos cinco avaliadores, conforme mostrado no Quadro 2.

QUADRO 2. Características dos juízes que participaram da validação de conteúdo do questionário.

SEXO	IDADE	PROFISSÃO	TEMPO DE PROFISSÃO	INSTITUIÇÃO PERTENCENTE
F	39	Cirurgiã Dentista e Professora Universitária	17 anos	UNINTA
F	54	Cirurgiã Dentista e Professora Universitária	31 anos	USP
F	52	Cirurgiã Dentista e Professora Universitária	23 anos	UnB
F	31	Cirurgiã Dentista	5 anos	UnB
M	46	Cirurgião Dentista	19 anos	UnB

Fonte: Dados da Pesquisa.

Das 23 questões contidas no questionário inicial, 15 obtiveram IVC igual a 100% e 5 apresentaram IVC igual a 80%. Somente 3 questões obtiveram IVC igual a 60%, as quais precisaram ser reformuladas, com base nos comentários dos juízes. Nenhuma questão foi descartada, pois não houve IVC menor que 50%. No entanto, foi sugerido pelos juízes que as questões 13 e 14 fossem unidas, totalizando 22 no questionário final.

Aplicação dos questionários

Na segunda fase, 133 alunos de Odontologia da UnB, de um total de 149, participaram da pesquisa ao responderem o questionário, representando uma taxa de resposta de 89,26%. Na Tabela 1 pode-se observar a distribuição em número e percentual das características dos estudantes de acordo com os dados coletados. Dentre os participantes, a maioria era do sexo feminino (78,9%). A idade dos estudantes variou entre 19 e 33 anos (média $22,29 \pm 2,47$). Além dos dados expressos nesta tabela sobre a forma de ingresso dos participantes na universidade, não houve nenhum aluno que tenha ingressado pela opção de Matrícula Cortesia.

TABELA 1. Caracterização dos alunos de Odontologia. Brasília, 2021.

VARIÁVEIS	Nº	PORCENTAGEM (%)
Sexo		
Masculino	28	21,1
Feminino	105	78,9
Semestre		
5º	28	21,05
6º	23	17,30
7º	21	15,79
8º	23	17,30
9º	24	18,04
10º	14	10,52
Cotista		
Sim	46	34,6
Não	87	65,4
Forma de ingresso		
Vestibular	58	43,6
Enem	31	23,3
PAS	36	27,1
Transferência	7	5,3
MEC/SISU	1	0,8

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a classificação pelo sistema de cotas, 46 (34,6%) participantes eram cotistas, nos quais 3 (6,52%) tinham a comprovação de renda como critério para ingresso, 10 (21,74%) possuíam critério étnico-social e 33 (71,74%) eram oriundos de escola pública. Dos 133 estudantes avaliados, 104 (78,2%) escolheram o curso de Odontologia como 1ª opção para ingressar no ensino superior e os demais (22,8%) optaram por cursos como Enfermagem, Medicina, Engenharia, entre outros, como ainda mostra a Tabela 1.

Domínio Experiência (A)

Compondo o domínio experiência do questionário, 47 (35,3%) alunos possuíam algum conhecido, amigo ou parente com deficiência e, dentre esse número, 40 (85,2%) já tiveram dificuldade de conseguir atendimento odontológico pela sua condição. Ao serem questionados sobre sua experiência na graduação, 110 (82,7%) estudantes informaram que nunca haviam atendido PcD (Tabela 2). Dentre os atendimentos realizados com PcD, 15 (65,2%) eram referentes a pessoas com Deficiência Mental, 4 (17,4%) com Deficiência Auditiva e 4 (17,4%) com Deficiência Física.

TABELA 2. Distribuição absoluta e relativa das variáveis de acordo com o domínio Experiência. Brasília, 2021

VARIÁVEIS	Nº	%
Experiência social ou familiar		
Possui conhecido, amigo ou familiar PcD	47	35,3
Não possui conhecido, amigo ou familiar PcD	86	64,7
Experiência de atendimento		
Atendeu PcD na graduação	23	17,3
Não atendeu PcD na graduação	110	82,7

Fonte: Dados da Pesquisa.

Domínio Conhecimento (B)

Na especificidade do domínio conhecimento, foi constatado que 90 (67,7%) graduandos já tiveram acesso a alguma palestra, conferência ou leram algum material acerca do atendimento odontológico de PcD. Ainda foi relatado por 121 (91%) estudantes que, durante a graduação, nenhuma disciplina já havia abordado o ensino sobre PcD. A grande maioria (98,5%) afirmou que sente falta de uma disciplina específica na graduação e 85 (63,9%) acreditavam que esta deveria compor o currículo do curso de Odontologia como “Obrigatória”. Quando perguntado aos alunos se eles se matriculariam nessa disciplina que abordasse a temática de cuidados a

PcD, a grande maioria (98,5%) afirmou que sim, conforme a Tabela 3.

TABELA 3. Distribuição absoluta e relativa das variáveis de acordo com o domínio Conhecimento. Brasília, 2021

VARIÁVEIS	Nº	%
Conhecimento prévio		
Tiveram acesso a algum material sobre PcD	90	67,7
Não tiveram acesso a algum material sobre PcD	43	23,3
Abordagem do tema em alguma disciplina		
Tiveram abordagem em alguma disciplina	12	9
Não tiveram abordagem em alguma disciplina	121	91
Disciplina específica na graduação		
Sentem falta de uma disciplina sobre PcD	131	98,5
Não sentem falta de uma disciplina sobre PcD	2	1,5
Oferta da disciplina		
Obrigatória	85	63,9
Optativa	46	34,6
Módulo Livre	2	1,5
Matrícula em disciplina		
Sim	131	98,5
Não	2	1,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Domínio Percepção (C)

Todos os alunos concordaram que o conhecimento sobre PcD é importante para a sua consolidação profissional. Pela percepção dos estudantes, a maioria (78,2%) não se sentia apto para atender uma PcD, caso fosse necessário. Grande parte dos entrevistados (63,9%) também afirmou que possui muito interesse em temas que envolvem PcD de acordo com a Tabela 4.

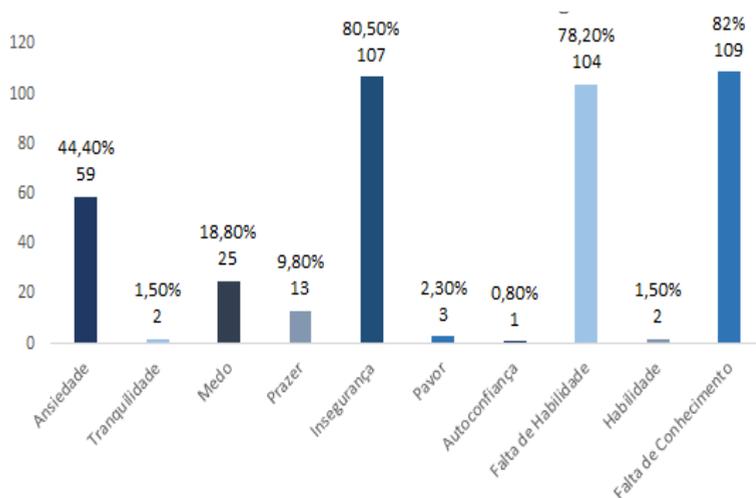
TABELA 4. Distribuição absoluta e relativa sobre a percepção de aptidão e interesse dos estudantes de Odontologia perante o atendimento a PcD. Brasília, 2021

VARIÁVEIS	N	(%)
Percepção sobre aptidão		
Se sentem aptos	2	1,5
Não se sentem aptos	104	78,2
Não sabem	27	20,3
Interesse no tema		
Muito	85	63,9
Médio	46	34,6
Pouco	2	1,5

Fonte: Dados da Pesquisa.

No Gráfico 1, é possível analisar a descrição das reações comportamentais causadas perante a possibilidade de atendimento odontológico a PcD, identificando a percepção dos entrevistados. Falta de conhecimento, insegurança, falta de habilidade, ansiedade e medo foram os mais mencionados.

Gráfico 1. Percepção sobre as reações comportamentais diante do atendimento a PcD dos estudantes de Odontologia da UnB.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Por fim, foi perguntado aos graduandos se eles acreditam que ter acesso ao ensino sobre PcD os deixariam mais preparados para os atendimentos e todos os participantes responderam que sim.

Associação entre as variáveis

Na tabela 5, constam as características dos alunos e o nível de interesse diante da abordagem sobre PcD, porém não foram observadas associações significativas com as variáveis sexo ($p=0,206$), cotista ($p=0,463$) e Odontologia como primeira opção de curso ($p=0,115$).

TABELA 5. Associação entre o nível de interesse e as características dos estudantes (sexo, cotista e Odontologia como primeira opção). Brasília, 2021

VARIÁVEIS		Interesse			p-valor ¹
		Muito	Médio	Pouco	
Sexo	Feminino	70 53,6%	34 25,6%	1 0,8%	0,206
	Masculino	15 11,3%	12 9%	1 0,8%	
Cotista	Sim	32 24,1%	14 10,5%	0 0%	0,463
	Não	53 32%	32 24,1%	2 1,5%	
Odontologia como 1^a Opção	Sim	63 47,4%	40 30,1%	1 0,8%	0,115
	Não	22 16,5%	6 4,5%	1 0,8%	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Notas: 1) p-valor > 0,05 para todas as associações; Teste Exato de Fisher.

Ainda com relação ao nível de interesse dos estudantes, constatou-se que também não houve associação com o semestre cursado pelos mesmos ($p=0,435$), conforme Tabela 6.

TABELA 6. Associação entre o nível de interesse dos alunos sobre PcD e o semestre cursado. Brasília, 2021

VARIÁVEIS	Interesse			Total	p-valor ¹
	Muito	Médio	Pouco		
5º	17 12,8%	9 6,8%	1 0,8%	27 20,3%	0,435
6º	15 11,3%	8 6%	0 0%	23 17,3%	
7º	10 7,5%	11 8,3%	0 0%	21 15,8%	
Semestre 8º	18 13,5%	4 3%	1 0,8%	23 17,3%	
9º	16 12%	9 6,8%	0 0%	25 18,5%	
10º	9 6,8%	5 3,8%	0 0%	14 10,5%	
TOTAL	85 63,9%	46 34,6%	2 1,5%	133 100%	0,435

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: 1) p-valor = 0,435; Teste Exato Fisher.

Já a associação entre o nível de interesse dos alunos sobre o tema e o contato prévio destes com

algum conhecido, amigo ou familiar com deficiência foi estatisticamente significativa ($p=0,001$), como mostra a Tabela 7.

TABELA 7. Associação entre o nível de interesse dos alunos e o contato prévio com algum conhecido, amigo ou familiar PcD. Brasília, 2021

		Interesse			Total	p-valor ¹
		Muito	Médio	Pouco		
Possui algum conhecido, amigo ou familiar PcD?	Sim	40 30,1%	7 5,3%	0 0%	47 35,3%	0,001
	Não	45 33,8%	39 29,3%	2 1,5%	86 64,7%	
TOTAL		85 63,9%	46 34,6%	2 1,5%	133 100%	0,001

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: 1) p-valor = 0,001; Teste Exato de Fisher.

Ao analisar o semestre atual dos estudantes e a percepção sobre a falta de uma disciplina específica sobre PcD, não foi encontrada uma associação significativa ($p=1,000$), como mostrado na tabela 8.

TABELA 8. Associação entre sentir falta de uma disciplina específica na graduação que trate sobre PcD e o semestre cursado. Brasília, 2021

VARIÁVEIS	Sente falta de uma disciplina específica sobre PcD		Total	p-valor ¹
	Sim	Não		
5°	26 96,3%	1 3,7%	27 100%	1,000
6°	23 100%	0 0%	23 100%	
Semestre 7°	21 100%	0 0%	21 100%	
8°	23 100%	0 0%	23 100%	
9°	24 96,3%	1 3,7%	25 100%	
10°	14 100%	0 0%	14 100%	
TOTAL	131 98,5%	2 1,5%	133 100%	1,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: 1) p-valor = 1,000; Teste Exato de Fisher.

Dos 23 (17,3%) participantes que atenderam PcD, apenas 1 (0,8%) afirmou se sentir preparado, 8 (6%) negaram e 14 (10,5%) não souberam dizer. Constatou-se que houve uma associação estatisticamente significativa entre o atendimento prévio

a PcD e a percepção dos alunos quanto a se sentirem mais preparados do que se não tivessem atendido anteriormente ($p=0,001$). Relacionado aos alunos que conhecem algum PcD, dos 47 (35,3%) apenas 2 (4,3%) se sentiriam preparados, 37 (78,7%) não se sentiriam preparados e 8 (17%) não souberam dizer. A associação entre conhecer uma PcD e se sentir preparado não foi significativa ($p= 0,142$), conforme a tabela 9.

TABELA 9. Associação entre atendimento durante a graduação ou contato prévio com PcD e percepção sobre sua aptidão, caso precisasse atender um PcD. Brasília, 2021

VARIÁVEIS		Se sentiria preparado para atender um PcD?			Total	p-valor ¹
		Sim	Não	Não sei		
Atendimento de PcD durante a graduação	Sim	1 0,8%	8 6%	14 10,5%	23 17,3%	0,001
	Não	1 0,8%	96 72,2%	13 9,8%	110 82,7%	
Possui algum conhecido, amigo ou familiar PcD?	Sim	2 4,3%	37 78,7%	8 17%	47 100%	0,142
	Não	0 0%	67 77,9%	19 21,1%	86 100%	

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: 1) p-valor = 0,001 e 0,142; Teste Exato de Fisher.

DISCUSSÃO

O presente estudo foi delineado para avaliar a percepção, o conhecimento e a experiência de estudantes de Odontologia da UnB com relação ao atendimento odontológico de PcD. Para atingir este objetivo, a primeira etapa consistiu na elaboração de um instrumento de coleta de dados sob a forma de questionário, além da avaliação do conteúdo pelos juízes. A seleção destes indivíduos respeitou os critérios necessários para validação de um instrumento, que inclui um número mínimo de cinco especialistas, com qualificação e experiência no assunto.²⁶

Os resultados do questionário sobre o domínio experiência indicaram que um terço dos entrevistados conhecia alguém com deficiência. Dentre estes estudantes, a maioria relatou que estes indivíduos já tiveram dificuldade em conseguir atendimento odontológico em consequência da sua condição. Essa premissa está de acordo com a afirmativa de que a saúde bucal destes pacientes geralmente é ruim e o acesso a cuidados odontológicos é limitado.²⁷ Esta barreira é decorrente da disposição inconstante dos cirurgiões dentistas em atender estes pacientes, sendo necessário ter conhecimento e experiência

conjuntamente para o preparo deste profissional.²⁸ Porém, é necessário entender que o objetivo principal ao integrar estes indivíduos em um cenário clínico é evitar que obstáculos os impeçam de ter acesso ao direito equitativo à saúde.²⁹

Este estudo mostrou ainda que o contato prévio, social ou familiar, com alguma PcD interferiu positivamente no interesse no tema pelos alunos, sendo este independente do sexo, do sistema de cotas ou do tempo de curso. De acordo com Baumeister et al.⁹, a qualidade e a quantidade das interações com PcD despertam o interesse por parte dos estudantes. Por outro lado, a maioria dos entrevistados que possuíam algum conhecido, amigo ou familiar com deficiência, não se sentia preparada para atender uma PcD. Isso mostra que, apenas conhecer previamente alguém nesta condição, não é o bastante para tornar os estudantes seguros quanto à realização de atendimentos. No entanto, a interação com PcD é extremamente importante para o conhecimento e a ruptura de possíveis barreiras que possam estar envolvidas no atendimento dessa população.²²

Outro achado relevante é que a experiência de atendimento odontológico de PcD, mesmo que pequena,

foi importante para exercitar a segurança e a confiança de alguns alunos. Assim, ter contato com estes indivíduos no curso pode interferir de forma positiva nas condutas e atitudes adotadas pelos estudantes. Corroborando com estes achados, um estudo qualitativo mostrou que o atendimento de PcD na graduação contribuiu para a formação de um profissional mais capacitado tanto técnica, como emocionalmente.³⁰ A experiência clínica aumenta o conforto dos alunos em tratar PcD³¹ e, quanto maior a frequência e exposição ao tratamento destes pacientes, maior a disposição dos alunos em atendê-los.⁹

Em contrapartida, poucos alunos tiveram a chance de atender uma PcD em algum momento da graduação. No intuito de aumentar a integração de alunos capacitados para o atendimento de PcD dentro das instituições de ensino, a experiência descrita por Marta³² sugere a elaboração de programas que visam a equidade e suporte à saúde de todos. Além disso, o desenvolvimento de projetos de extensão pode fornecer aos estudantes experiências enriquecedoras que os auxiliará na preparação para o mercado de trabalho.³³

Com relação ao conhecimento prévio, grande parte dos graduandos teve acesso a alguma palestra,

conferência ou leram algum material sobre atendimento odontológico de PcD. Pelo relato de alguns estudantes, há uma predisposição para desenvolver e realizar ações inclusivas, mas, para que isso acontecesse, seria necessária uma orientação mais adequada sobre PcD.³⁴ Entretanto, o número de alunos que tiveram alguma disciplina abordando a Odontologia para PcD durante a graduação foi pequeno. Neste sentido, é necessário que o ambiente acadêmico propicie ao estudante um contato com ampla diversidade de pacientes, incluindo um enfoque tanto técnico como humano.^{34,35}

A necessidade de uma disciplina específica sobre Odontologia para PcD foi informada pela grande maioria dos participantes, o que condiz com os estudos já publicados,^{36,37} havendo interesse dos alunos independente do semestre. Como mostrado previamente, estudantes possuíam pouco conhecimento sobre essa especialidade e deveriam receber mais treinamento didático e clínico na graduação.²³

A maioria dos alunos ainda relatou que esta disciplina deveria ser ofertada no quadro curricular como obrigatória. De acordo com Silva et al.,³⁸ uma disciplina obrigatória colabora para a melhoria do cenário atual de Odontologia para PcD, constatando que sua inserção é

importante para promover o aprendizado através do contato e da prestação de serviços odontológicos a estes indivíduos, despertando interesse nos alunos. Com base nas respostas dos alunos, a grande maioria apresentou nível de interesse alto quando questionados sobre a possibilidade de se matricularem em uma matéria específica sobre o tema. A participação em uma disciplina sobre o assunto para treinamento próprio já foi mostrada por estudantes de Odontologia previamente.³⁸

Os dados desta pesquisa indicaram que todos os participantes reconheceram que o conhecimento sobre atendimento a PcD é um importante para sua consolidação profissional. A chance de vivenciar experiências e situações diversas durante o curso pode contribuir de maneira positiva na atuação de profissionais da Odontologia mais preparados e capazes de atender as demandas de PcD.³⁹ Portanto, a abordagem deste tema, nas faculdades que ainda não tem este componente curricular, se faz necessária.¹⁶

Outro ponto importante a destacar é que grande parte dos alunos não se sentia preparada para o atendimento a PcD, ainda que eles estejam interessados em aprender sobre este assunto. Universitários perceberam a sua formação nesta área como

inadequada e se sentiam desconfortáveis em cuidar destes pacientes.²³ Diante das particularidades do atendimento odontológico destes indivíduos, a falta de conhecimento teórico e a pouca experiência clínica faz com que os profissionais de Odontologia se sintam pouco preparados.^{13,21} Ainda é ressaltado em um estudo,¹⁵ que a ausência de cirurgiões dentistas que se sintam confortáveis e dispostos a tratar PcD é motivada pela falta de incentivos institucionais.

Diante da possibilidade de atendimento a PcD, os alunos relataram sensações/reações comportamentais negativas em sua grande maioria, tendo como as mais citadas a falta de conhecimento, insegurança, falta de habilidade, ansiedade e medo. Estes achados estão de acordo com o estudo de Amaral et al.,²¹ uma vez que os sentimentos negativos mais mencionados foram insegurança e dificuldade em atender o paciente e as reações comportamentais desfavoráveis mais relatadas foram o medo e a tristeza. Recentemente, foi evidenciado que estudantes que nunca haviam atendido PcD também relataram medo e estresse, em virtude da dificuldade de comunicação e de realização de procedimentos clínicos.⁴⁰

No presente estudo, todos os participantes acreditavam que ter acesso ao ensino sobre PcD os deixaria mais preparados para os atendimentos. No estudo de Silva et al.,³⁸ a ausência de um componente curricular em relação a PcD pode causar insegurança profissional no atendimento odontológico desses pacientes. Isto reforça a necessidade de envolvimento das instituições de ensino no estímulo à aprendizagem e à experiência deste conteúdo durante a graduação. No entanto, estas instituições possuem ainda uma variabilidade em sua grade curricular perante aos cuidados com PcD. A restrição à oferta e o acesso a este conhecimento, pode refletir de forma negativa na expansão do campo de atuação profissional.²³ Além disso, as faculdades de Odontologia se diferem quanto ao tempo de currículo fornecido para os estudantes que aborda PcD.¹⁶ Essa disparidade também pode interferir nas atitudes e na atuação dos futuros dentistas no mercado de trabalho.

A maneira como uma PcD é recebida em determinado contexto social pode influenciar diretamente em sua percepção de integração. Sendo assim, torna-se imprescindível proporcionar ações que assegurem o estabelecimento de confiança, segurança e de prestação

de serviços, garantindo a eficiência na construção de um trabalho inclusivo.⁴¹ Trabalhar a conscientização e importância sobre o atendimento a PcD também contribui para a acessibilidade aos serviços de saúde bucal.⁴² Desta forma, a formação do estudante em um profissional capacitado implica diretamente em obter o conhecimento adequado para suprir esta falta de acesso ao serviço de saúde que muitas PcD possuem.⁴³

Segundo o Conselho Federal de Odontologia, em 2019, 412 instituições de ensino ofereciam o curso de graduação em Odontologia.⁴⁴ Ainda assim, a oferta de disciplinas que envolvam PcD é variável visto que a resolução 3 da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) não menciona a Odontologia para PcD como uma disciplina essencial, não tornando a sua inserção como obrigatória nas instituições de ensino.¹³ De acordo com essa afirmativa, sugere-se que estas instituições concentrem-se no desenvolvimento de propostas que visem a criação de programas voltados à Odontologia para PcD, seja por meio de projetos de extensão, ligas acadêmicas ou ações sociais que envolvam estes indivíduos e seus familiares. A participação do corpo docente no desenvolvimento dessas atividades também poderá

legitimar, trazer incentivo e melhorias para a preparação de dentistas hábeis no fornecimento de serviços voltados à esta população. Dessa forma, a conscientização sobre a importância dessa temática na prática deixará de ser apenas dados em pesquisas e passará a mudar a realidade do atendimento odontológico de PcD.

Dentre as limitações encontradas, é importante ressaltar que este estudo analisou a percepção, o conhecimento e a experiência sobre a Odontologia para PcD referentes ao corpo estudantil do curso de Odontologia da UnB. Desta forma, os resultados se aplicam a esta parcela de estudantes, sem generalizar ou incluir todos os alunos que cursam ou já cursaram Odontologia em outras instituições. Sugere-se que a percepção de gestores e docentes sobre esta temática, bem como a viabilidade de estrutura física e capacitação profissional, também deveriam ser avaliadas em trabalhos futuros.

Pelo exposto, as informações coletadas neste estudo são de extrema relevância para a reflexão do papel das instituições de ensino perante a aplicação de uma Odontologia mais inclusiva, garantindo acessibilidade à saúde para quem busca por atendimento.

CONCLUSÃO

Conclui-se que os estudantes demonstraram pouco acesso e ampla necessidade de conteúdos sobre PcD, além de não possuírem experiências o suficiente durante o curso. Eles percebem a importância e se interessam por este conhecimento na graduação para se consolidar profissionalmente.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Art. nº 1. Parágrafo único. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 05 ago. 2020.
2. Neto AR. Pessoa com deficiência, necessidades especiais e processo - Apontamentos acerca dos mecanismos de igualdade e o projeto do novo CPC. JusBrasil. São Paulo, 1 de jun. de 2010. Disponível em: <<https://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/3154136/pessoa-com-deficiencia-necessidades-especiais-e-processo-apontamentos-acerca-dos-mecanismos-de-igualdade-e-o-projeto-do-novo-cpc>>. Acesso em: 12 de jan. de 2021
3. OMS. World Health Organization. The World Bank. Relatório Mundial Sobre a Deficiência. Trad. Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. 334 p. Título original: World report on disability, 2011.
4. Washington Group. The Measurement of Disability Recommendations for the 2010 Round of Censuses, 2011.
5. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010 [Internet]. [Acesso 09 junho de 2020]. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985>>.
6. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNS- Pesquisa Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, Deficiência visual, Deficiência física, Deficiência auditiva, Deficiência intelectual, 2018.

7. CODEPLAN. “Pesquisa distrital por amostra de domicílios - Distrito Federal - Pessoas com deficiência: perfil demográfico, emprego e deslocamento casa-trabalho PDAD/DF 2018”, Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central, Brasília, Brasil. 2018.
8. Lawrence H, Sousa LP, Gonçalves FL, Saintrain MVL, Vieira APGF. Acesso à Saúde Bucal Pública pelo Paciente Especial: A Ótica do Cirurgião-Dentista. Revista Brasileira de Promoção da Saúde, 2014; 27(2):190-197.
9. Baumeister SE, Davidson PL, Carreon DC, Nakazono TT, Gutierrez JJ, Andersen RM. What influences dental students to serve special care patients? Spec Care Dentist. 2007;27(1):15-22.
10. Akhter S, Hussain AH. E, Rahman F, Shefa J, Kundu GK, Biswas A. Prevalence of Autism Spectrum Disorder (ASD) among the children aged 18-36 months in a rural community of Bangladesh: A cross sectional study. F1000Research. 2018;7(0):424.
11. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 3, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Diário Oficial da União 4 de mar. 2002; Seção 1.
12. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 3, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Diário Oficial da União 4 de mar. 2002; Seção 1.
13. Penha ES, Tenório DA, Fonseca FRA, Guênes GMT, Montagna E. Caracterização do componente curricular Odontologia para Pacientes com Necessidades

- Especiais nos cursos de Odontologia do estado da Paraíba. Revista da ABENO. 2018;18(2):13-9.
14. Queiroz F, Rodrigues MMLF, Cordeiro Junior GA, Oliveira JD, Almeida ER. Avaliação das condições de saúde bucal de Portadores de Necessidades Especiais. Rev Odontol UNESP. 2014; 43(6):396-401.
 15. Williams JJ, Spangler CC, Yusaf NK. Barriers to dental care access for patients with special needs in an affluent metropolitan community. Spec Care Dentist. 2015;35(4):190-6.
 16. Glassman P. Dental education and people with special needs. J Dent Educ. 2014;78(8):1103-4.
 17. Guimarães AO, Azevedo ID, Solano MCPP. Medidas preventivas em Odontologia para pacientes portadores de necessidades especiais. JBP Rev Ibero-Am Odontopediatria Odontol Bebê 2006;9(47):79-84.
 18. Shyama M, Al-Mutawa SA, Honkala E, Honkala S. Parental perceptions of dental visits and access to dental care among disabled schoolchildren in Kuwait. Odontostomatol Trop. 2015;38(149):34-42.
 19. Gerreth K, Borysewicz-Lewicka M. Access Barriers to Dental Health Care in Children with Disability. A Questionnaire Study of Parents. J Appl Res Intellect Disabil. 2016;29(2):139– 45.
 20. Mugayar L, Hebling E, Dias PV. Special care dentistry: a new specialty in Brazil. Spec Care Dentist. 2007;27(6):232-5.
 21. Amaral LD. Comportamento de profissionais de saúde e familiares na abordagem integral das necessidades da saúde bucal de autistas em São José do Rio Preto.

2013. 132 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) — UnB, Brasília, 2013.
22. Jacomine JC, Ferreira R, Sant'Ana ACP, Rezende MLR, Gregui SLA, Damante CA, Zangrando MSR. Saúde Bucal e Pacientes com Necessidades Especiais: percepções de graduandos em Odontologia da FOB-USP. *Revista da ABENO* 2018; 18(2):45-54.
 23. Ahamad MS, Razak IA, Borromeo GL. Special needs dentistry: perception, attitudes and educational experience of Malaysian dental students. *Eur J Dent Educ.* 2015;19(1):44-52.
 24. Alexandre NMC, Coluci MZO. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciênn Saude Colet.* 2011,16(7): 3061-68.
 25. Haynes SN, Richard DCS, Kubany ES. Content Validity in Psychological Assessment: A Functional Approach to Concepts and Methods Introduction to Content Validity. *Psychological Association* 1995; 7(3):238–247.
 26. Lynn MR. Determination and quantification of content validity. *Nurs Res.*1986; 35(6):382-385.
 27. Haddad AE, Romero JSL, Alencar CJF, Raggio DP, Ciamponi AL, Bonecker M. A Política Nacional de Educação Superior na Saúde e a Reorientação Curricular da FOUSP: Análise Comparativa do Desempenho e Percepção dos Estudantes. *Revista de Graduação USP* 2018;3(2):15-23.
 28. Alumran A, Almulhim L, Almolhim B, Bakodah S, Aldossary H, Alrayes SA. Are dental care providers in Saudi Arabia prepared to treat patients with special needs? *J Multidiscip Healthc.* 2019;12:281-290.

29. Mac Giolla PC, Nunn JH, Tornsey O, Timms M. Does Special Care Dentistry undergraduate teaching improve dental student attitudes towards people with disabilities? *Eur J Dent Educ.* 2015;19(2):107-12.
30. Ferreira SH, Suita RA, Rodrigues PH, Kramer PF. Percepção de estudantes de graduação em Odontologia frente ao atendimento de Pessoas com Deficiência. *Revista da ABENO.* 2017;17(1):87-96.
31. Perusini D, Llacuachaqui M, Sigal M, Dempster L. (2016). Dental Students' Clinical Expectations and Experiences Treating Persons with Disabilities. *J Dent Educ.* 2016;80(3):301-10.
32. Marta SN. Programa de assistência odontológica ao paciente especial: uma experiência de 13 anos. *Rev Gaúcha Odontol.* 2011; 59(3):379-85.
33. Bonato LL, Lopes AMS, Silva CM, Itner RG, Silva ACH. Situação atual da formação para assistência de pessoas com necessidades especiais nas faculdades de odontologia no Brasil. *ClipeOdonto.* 2013;5(1):10-5.
34. Moraes ABA, Batista CG, Lombardo I, Horino LE, Rolim GS. Verbalizações de alunos de odontologia sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. *Psicol Estud.* 2006; 11(3):607-15.
35. Fonseca LLV, Nehmy RMQ, Mota JAC. O valor social dos dentes e o acesso aos serviços odontológicos. *Ciênc Saude Colet.* 2015;20(10):3129-3138.
36. Santos M, Hora I. Atenção odontológica a pacientes especiais: atitudes e percepções de acadêmicos de odontologia. *Revista da ABENO* 2014;12. 207-212.
37. Borges MMB, Godoy ARR, Souza LV, Santiago MA, Prado AMC, Oliveira FS. Opiniões dos alunos de

- odontologia sobre o atendimento a pacientes com necessidades especiais. *Horizonte Científico* 2015, 9(2):7-22.
38. Silva E, Barros N, Melo R, Pontes N, Maciel A. Evolução do conceito de deficiência no decorrer da história: do modelo médico ao social. *Research, Society and Development*. 2020;9(2):162921835.
 39. Mafi A, Moretto C, Teixeira M, Saldanha O, Rados A. A interdisciplinaridade e seus reflexos na formação do cirurgião-dentista. *Revista da ABENO* 2017;17:6-73.
 40. Fregoneze A, Brancher J, Vosgerau D, Bahten A. Uso de cenário com pessoas com deficiência e seus familiares no ensino odontológico. *Revista da ABENO* 2020; 20:74-79.
 41. NATIONAL DISABILITY AUTHORITY. Attitudes: information on attitudes toward disability. Disponível em: <http://www.nda.ie/cntmgmtnew.nsf/attitudeshomepage> Acesso em 13 dez. 2020.
 42. Alkahtani ZM, Stark PC, Loo CY, Wright WG, Morgan JP. Saudi and U.S. dental student attitudes toward treating individuals with developmental disabilities. *J Dent Educ*. 2014 Aug;78(8):1145-53.
 43. Faria M, Pereira F, Lima I. Análise do componente curricular “Pacientes com Necessidades Especiais” nos cursos de Odontologia do estado do Rio Grande do Norte. *Revista da ABENO* 2021;21:1311.
 44. CFO - Conselho Federal de Odontologia. CFO reforça necessidade do Ministério da Educação suspender autorizações para abertura de novos cursos de odontologia. Disponível em: <https://website.cfo.org.br/cfo-reforca-necessidade-do-ministerio-da-educacao-su>

spender-autorizacoes-para-abertura-de-novos-cursos-
de-odontologia/Acesso em 18 mai. 2021

APÊNDICES**Apêndice 1. Questionário**

Prezado(a),

Este questionário tem como objetivo avaliar a percepção, o conhecimento e as experiências vivenciadas dos estudantes do Curso de Odontologia da Universidade de Brasília com relação a Pessoas com Deficiência (PcD).

Dados Da Amostra

01) Idade: _____

02) Sexo: () Masculino () Feminino

03) Forma de Ingresso na Faculdade:

() Vestibular () ENEM

() SISU/ () PAS

() Transferência () Matrícula Cortesia

04) Cotista? () Sim () Não

05) Em caso afirmativo, assinale:

() Critério étnico-social () Renda

() Procedente de Escola Pública

06) Odontologia foi a sua primeira opção de curso?

() Sim () Não

07) Se a resposta anterior foi negativa, cite abaixo qual foi a sua primeira escolha de curso: _____

08) Semestre atual: _____

Domínio A: Experiência

09) Existe algum familiar/amigo que tenha alguma deficiência?

() Sim () Não

10) Se a resposta anterior for positiva, já teve dificuldade em conseguir atendimento odontológico para esta pessoa com deficiência?

() Sim () Não.

11) Você já precisou atender algum paciente com algum tipo de deficiência durante a sua graduação?

() Sim () Não

12) Qual o tipo de deficiência ele possuía?

Tipo de deficiência: _____

Domínio B: Conhecimento

13) Você já assistiu alguma palestra, conferência ou leu algum material acerca do atendimento odontológico de PcD?

() Sim () Não

14) Durante a graduação, alguma disciplina já abordou o atendimento de pessoas com deficiência?

() Sim () Não

15) Você sente falta de uma disciplina específica na graduação que trate sobre atendimento odontológico a pessoas com deficiência?

() Sim () Não

16) Você acha que uma disciplina específica sobre este tema deveria ser:

() Obrigatória () Optativa () Módulo livre

() Não deve estar no currículo da graduação

17) Você se matricularia em uma disciplina específica que abordasse esta temática?

Sim Não

Domínio C: Percepção

18) Qual o seu interesse sobre a abordagem desse tema?

Nenhum Pouco Médio Muito

19) Você julga o conhecimento sobre PcD importante para sua consolidação como profissional?

Sim Não

20) Você se sentiria preparado, caso precisasse atender um paciente com deficiência?

Sim Não Não sei

21) Assinale a(s) alternativa(s) que mais combina(m) com sua reação comportamental perante o atendimento odontológico a pessoas com deficiência.

Ansiedade

Medo

Insegurança

Pavor

Falta de habilidade

Falta de conhecimento

Tranquilidade

Prazer

Segurança

Autoconfiança

Habilidade

Facilidade

22) Você acredita que ter acesso ao ensino sobre pessoas com deficiência te faria estar mais preparado para os atendimentos?

Sim Não

Apêndice 2.Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Juízes

Convidamos o (a) Senhor (a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa “Pessoas com deficiência: Percepção, Conhecimento e Experiência dos Estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Cristiane Tomaz Rocha e Marcello Vieira da Silva. O objetivo desta pesquisa será avaliar a percepção, o conhecimento e a experiência vivenciada dos estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília com relação a Pacientes com Deficiência (PcD). O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa.

O risco de sua participação na pesquisa envolve algum constrangimento em analisar alguma questão para a validação do questionário. Porém, como forma de minimizar, sua confidencialidade será garantida. Para participar do estudo, você analisará um questionário, que será enviado via e-mail pelo pesquisador. Estima-se que a validação do questionário tenha duração entre 15 a 20 minutos. Os questionários serão enviados separadamente para cada juiz via e-mail, uma única vez, a resposta deverá ser feita no melhor horário para o Sr.(a), não sendo necessária alteração na sua rotina de trabalho.

Se o (a) senhor (a) aceitar participar, estará contribuindo com a comunidade acadêmica com um novo instrumento a ser aplicado em estudos futuros, que visa explicar a necessidade da inclusão de um novo conhecimento dentro do currículo de disciplinas do Curso de Odontologia da Universidade de Brasília, o qual visa aprimorar o aprendizado e entender as necessidades dos próprios alunos.

O (a) Senhor (a) pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, o (a) senhor (a) deverá buscar ser indenizado, obedecendo-as às disposições legais vigentes no Brasil.

Rubrica do Participante da Pesquisa

Rubrica do Pesquisador

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados

somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de 5 (Cinco) anos, após isso serão descartados.

Se o (a) Senhor (a) tiver qualquer questão a ser esclarecida em relação à pesquisa, por gentileza, entre em contato com: Marcello Vieira da Silva pelo número (61 9 9999-5091) e Profa. A Dra. Cristiane Tomaz Rocha (61 99878-8491) na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (61) 3107-1802, disponível inclusive para ligações a cobrar. Ainda, seguem disponíveis os e-mails de contato para sanar qualquer dúvida: m5-15@hotmail.com e cristianetomaz@hotmail.com.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde (CEP/FS) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. As dúvidas com relação ao TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser solucionados pelo telefone (61) 3107-1947 ou do e-mail cepfs@unb.br ou cepfsunb@gmail.com, horário de atendimento de 10:00hs às 12:00hs e de 13:30hs às 15:30hs, de segunda-feira à sexta-feira. O CEP/FS se localiza na Faculdade de Ciências da Saúde, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Asa Norte.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o (a) participante.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do Juiz Participante de Pesquisa

Nome e assinatura do Pesquisador Responsável

Apêndice 3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Estudantes

Convidamos o (a) Senhor (a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa “Pessoas com deficiência: Percepção, Conhecimento e Experiência dos Estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Cristiane Tomaz Rocha e Marcello Vieira da Silva. O objetivo desta pesquisa será avaliar a percepção, o conhecimento e a experiência vivenciada dos estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília com relação a Pacientes com Deficiência (PcD). O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa.

O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que possam identificá-lo (a).

O risco de sua participação na pesquisa se refere à possibilidade de constrangimento e/ou desconforto com algum questionamento, sendo dado o direito de não responder a esta, e ainda a desistência da participação na pesquisa. Ainda para minimizar estes riscos, a confidencialidade dos dados será garantida para evitar qualquer prejuízo ou dano moral aos estudantes.

Para participar do estudo, você responderá a um questionário objetivo, que será aplicado de forma online pelo pesquisador. O questionário deverá ser respondido sem qualquer identificação pessoal. Estima-se que a aplicação do questionário tenha duração entre 15 a 20 minutos. Os questionários enviados por este link serão respondidos via online sem contato físico.

Se o (a) senhor (a) aceitar participar, estará contribuindo para a discussão sobre o atendimento odontológico a PcD em ambiente universitário e da possibilidade de inclusão de uma disciplina sobre o tema na grade curricular do Curso de Graduação em Odontologia da UnB.

O (a) Senhor (a) pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, o (a) senhor (a) deverá buscar ser indenizado, obedecendo-as às disposições legais vigentes no Brasil.

Rubrica do Participante da Pesquisa

Rubrica do Pesquisador

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de 5 (Cinco) anos, após isso serão descartados.

Se o (a) Senhor (a) tiver qualquer questão a ser esclarecida em relação a pesquisa, por gentileza, entre em contato com: Marcello Vieira da Silva pelo número (61) 9 9999-5091 e Prof. Dra. Cristiane Tomaz Rocha, (61) 99878.8491 na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (61) 3107-1802, disponível inclusive para ligações a cobrar. Ainda, seguem disponíveis os e-mails de contato para sanar qualquer dúvida: m5-15@hotmail.com e cristianetomaz@hotmail.com.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde (CEP/FS) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. As dúvidas com relação ao TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser solucionados pelo telefone (61) 3107-1947 ou do e-mail cepfs@unb.br ou cepfsunb@gmail.com, horário de atendimento de 10:00hs às

12:00hs e de 13:30hs às 15:30hs, de segunda-feira à sexta-feira. O CEP/FS se localiza na Faculdade de Ciências da Saúde, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Asa Norte.

Caso concorde em participar, pedimos que assinale uma resposta positiva ao seu consentimento neste formulário, como um pré-requisito para responder o questionário posteriormente. No formulário ainda consta um link de acesso a este TCLE (assinado pela referida pesquisadora responsável) que está salvo em um drive da pesquisa para que você possa realizar o download e obter uma cópia com você.

Concordo em participar

Não concordo em participar

ANEXOS

UNB - FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP - DADOS DA
EMENDA

Número do Parecer: 4.426.881

DADOS DO PARECER

1.Projeto detalhado (Resumo e Metodologia): Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: Alterações foram realizadas na seção de Desenho, Resumo e Metodologia Proposta no PB da Plataforma Brasil, bem como no projeto detalhado (documento PROJETO_DE_PESQUISA_emenda.doc), na seção Metodologia, Coleta de dados, página 9, nos 1o e 2o parágrafos. Ainda na seção Metodologia, Abordagem e Tipo da Pesquisa, página 7, bem como no resumo do projeto detalhado, foi acrescentado que a aplicação dos questionários aos alunos ocorrerá de forma online. Todas estas alterações ficaram marcadas no modo revisor de texto. Nos critérios de inclusão dos juízes, foi alterado de Coordenador de Curso de Odontologia para ex Coordenador de Curso de Odontologia, de forma que estivesse alinhado com os critérios de exclusão já elencados, ou seja, aqueles que tivessem cargo de gestão da universidade ou outro serviço público seriam excluídos do estudo. Esta alteração se encontra em População e Amostra da Secção metodologia, página 7 do projeto detalhado.

2.TCLE: Também foi alterado no 4º parágrafo do TCLE dos alunos para esclarecer que a aplicação dos questionários será realizada de forma remota (online) (documento TCLE_alunos_emenda.docx). Além disso, a frase “a aplicação dos questionários será realizada em um local reservado” foi removida do 3o parágrafo. Todas estas alterações ficaram marcadas no modo revisor de texto.

3. Planilha de Orçamento: Como a aplicação dos questionários se dará agora de forma online, o orçamento foi atualizado. Anteriormente havia sido proposto para R\$190,00 para custos com material de papelaria e impressão. Com esta emenda, os custos estarão relacionados a mensalidades de plano de internet, totalizando R\$ 198,00 (cento e noventa oito reais). A justificativa para a emenda se deve às orientações recomendadas pelas autoridades sanitárias competentes diante da pandemia da Covid-19 que estabelece o distanciamento social e, desta forma, torna-se inviável a aplicação dos questionários de forma presencial. Neste intuito, a aplicação dos questionários de forma online está alinhada com as recomendações pertinentes diante do novo cenário mundial. Ao revisar o texto dos critérios de inclusão, também foi corrigido o termo de Coordenador de Curso de Odontologia para ex-Coordenador, em conformidade com os critérios de exclusão".

Recomendações: Análise da resposta à pendência apontada no Parecer Consubstanciado No. 4.239.935: Solicita-se apresentar a versão do TCLE tal qual será apresentada online aos participantes de pesquisa. Assim, o texto "Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o (a) participante." deve ser substituído pelo texto que será utilizado para a concordância online. Ainda, conforme "05/06/2020 SEI/MS 0015188696 - Comunicado", deverá conter o texto na "modalidade de Registro de Consentimento deve apresentar, de maneira destacada, a importância de que o participante de pesquisa guarde em seus arquivos uma cópia do documento e/ou garantindo o envio da via assinada pelos pesquisadores ao participante de pesquisa".

RESPOSTA: No documento "TCLE_alunos_emenda3.doc", salvo com controle de alterações, na página 2, último parágrafo, tinha como texto original "Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o (a) participante". O texto foi modificado para "Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com você"

para “Caso concorde em participar, pedimos que assinale uma resposta positiva ao seu consentimento neste formulário, como um pré-requisito para responder o questionário posteriormente. No formulário ainda consta um link de acesso a este TCLE (assinado pela referida pesquisadora responsável) que está salvo em um drive da pesquisa para que você possa realizar o download e obter uma cópia para você”. Ao final do TCLE, foi removido os campos para data e assinatura e acrescentado campos para consentimento:
Concordo em participar Não concordo em participar

ANÁLISE: Foi apresentado o documento "TCLE_alunos_emenda3.docx", postado em 26/11/2020, que está adequado. PENDÊNCIA ATENDIDA. A pendência foi atendida. Não há óbices éticos para a realização do presente protocolo de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Conforme Resolução CNS 510/2016, Art. 28, inc. V, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial, semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa.

NORMAS DA REVISTA

Author Guidelines The mission of Special Care in Dentistry (SCD) is to provide a forum for research findings, case reports, clinical techniques and scholarly discussion relevant to the oral health and oral health care of “special care patients.” The designation of the special care patient is not limited to hospitalized, disabled or older individuals, but includes all patients for whom oral health and oral health care are complicated by physical, emotional, financial and/or access factors.

A letter signed by all authors stating that the submission is an original article, not previously published or simultaneously being considered for publication elsewhere, must accompany the submission. All manuscripts should be submitted through the online submission system at <http://mc.manuscriptcentral.com/scid> (<http://mc.manuscriptcentral.com/scid>). The manuscript should be submitted with all material double spaced, flush left (preferably in Courier typeface), with at least a 1” margin all around.

All pages should be systematically numbered. The editor reserves the right to edit manuscripts to fit available space and to ensure conciseness, clarity and stylistic consistency. 47 Title page: Titles of articles should be descriptive but concise. Long titles discourage reading, present typographic and layout problems and create difficulties in indexing. Include with the manuscript an abbreviated title (no more than 50 characters including punctuation and spaces) to be used on the journal cover. On the title page please include no more than 6 keywords

for the article. The corresponding author should include his or her E-mail address, daytime telephone and FAX numbers, as well as current address. Positions and professional degrees should be provided along with each author's full first and last names.

Abstract: A brief structured abstract not to exceed 150 words must be included with each article and should state the following: purpose/aim of the article, the method and materials used, results and conclusions or clinical relevance. **Scientific Article Content** A critical review of the manuscript topic, the rationale and significance of the study and as appropriate study aims and/or hypotheses should be presented in the introduction.

Methods: All methods used must be detailed, referenced adequately and include a description of the statistical data analysis methods. **Results:** Results must be presented in a logical order with references to appropriate tables, figures and illustrations.

Discussion: Important findings from the study should be discussed and compared with the published literature on the topic. Limitations of the study and any future research implications of the study findings must be discussed.

Conclusions: Conclusions should be presented in sentence form and not as a numerical list or dot points. Conclusions should parallel those presented in the structured abstract. **Case Report Content** Case reports should be concise and do not need to be as formally structured as scientific articles. Include a brief introduction 48 presenting a critical literature review and a statement of the clinical implications of the case. The case

description should include: personal history of the subject, socioeconomic data, health/medications history, extra-oral and intra-oral examination findings; differential diagnosis; treatment options; final treatment plan. Relevant techniques, results and data obtained should be presented. A brief discussion should reinforce the clinical implications of the case report and discuss any unique findings and insights gained, which makes this patient or patients different from any patients previously reported.

Ethics in Science In all reports of original studies with humans, authors should specifically state the nature of the ethical review and clearance of the study protocol. Informed consent must be obtained from human subjects participating in research studies. Some reports, such as those dealing with intellectually disabled persons or institutionalized children and older adults, will need additional description of ethical clearance.

References All references must be typed and double-spaced on a separate sheet. Authors must be listed if there are six or fewer; for seven or more authors, list the first three and add "et al." All references given must be cited in the text and in numerical order. Bibliographies and readings lists are not used. For journal references, give the author's name, title of article, abbreviated journal name, volume number, inclusive pagination and year: 1. Olsen RA, Olsen DB. Hospital protocol for inpatients and outpatients. *Spec Care Dentist* 1987;7:257-60. For books, give the author's name, book title, edition(if known), location and name of publisher, inclusive pagination and year of publication: Little JW, Falace DA. Dental management of the medically

compromised patient. 2nd ed. St. Louis: Mosby; 1984:120-5. 49

For agency publications, give author, title, place of publication, publisher, year and publication and series numbers: 1. Jones WF III. Dental offices. Hyattsville, MD: National Center for Health Statistics, Public Health Service, National Institutes of Health;1978. DHEW publication no. (PHS)-78-1785. Tables may supplement the article with a title and should be typed on a separate sheet, numbered consecutively in Arabic numerals and cited in the text. Do not use vertical rules. Illustrations include all material that cannot be set in type, such as photographs, line drawings, graphs and charts. All illustrations must be numbered and cited in the text. All illustrations must have a title and should be sent as a scanned file. Titles for graphs and charts may be placed directly above the graph or chart. Accompanying text and titles for all other illustrations should be typed and double spaced on a separate sheet, not on the illustration. Figures, charts and graphs must be drawn professionally, preferably computer-generated and laser printed. Lettering must be large and clear. Glossy black-and-white prints of drawings must be submitted, rather than original artwork. Radiographs are not acceptable and must be submitted as glossy prints or as scanned files (eg., JPEG). All photographs and line drawings must be submitted in duplicate.

Photographs should be unmounted and untrimmed and should be high-quality, sharp, black-and-white glossy prints. On the back of each photograph, 50 write the figure number and indicate the top edge. Reproduction of color photographs is allowed and, in

certain instances (particularly for some intra-oral lesions), encouraged for illustrative purposes. Additional reproductive costs for color photos will be borne by the author(s). We are happy to receive artwork in digital format. Please save line artwork (vector graphics) as Encapsulated PostScript (EPS) and bitmap files (halftones or photographic images) as Tagged Image Format (TIFF), with a resolution of at least 300 dpi at final size. Please do not send native file formats (i.e., Excel, PowerPoint, Word, etc.).

Permission and Waivers These must accompany the manuscript when it is submitted for publication. Permission of author and publisher must be obtained for direct use of material (text, photographs, drawings) under copyright that is not your own (up to 100 words of prose material is typically quoted without getting permission, provided the material quoted is not the essence of the complete work).

Photographs of People The journal of Special Care in Dentistry follows current HIPAA guidelines for the protection of patient/subject privacy. If an individual pictured in a digital image or photograph can be identified, his or her permission is required to publish the image. The corresponding author may submit a letter signed by the patient authorizing the Journal of Special Care in Dentistry to publish the image/photo. Or, a form provided by the Journal of Special Care in Dentistry (available by clicking the "Instructions and Forms (Standard_Release_Form.pdf)" link in Manuscript Central) may be downloaded for use. This approval must be received by the Editorial Office prior to final acceptance of the manuscript for publication. Otherwise, the image/photo must be

51 altered such that the individual cannot be identified (black bars over eyes, etc).

Acknowledgements Acknowledgements should be kept to a minimum and should specify contributors to the article other than the authors accredited. **Conflict of Interest and Source of Funding**
Conflict of Interest: Authors are required to disclose any possible conflict of interest. These include financial (for example patent, ownership, stock ownership, consultancies, speaker's fee). Author's conflict of interest (or information specifying the absence of conflicts of interest) will be published under a separate heading entitled Disclosures. Any support by manufacturers or suppliers of materials and equipment must be acknowledged under the Disclosures heading. A form provided by the Journal of Special Care in Dentistry (available by clicking the "Instructions and Forms" link in Manuscript Central) may be downloaded for use. This form must be received by the Editorial Office prior to final acceptance of the manuscript for publication. **Source of Funding:** Authors are required to specify the source of funding for their research when submitting a paper. Suppliers of materials should be named and their location (town, state/county, country) included. The information will be disclosed in the published article. **Reprints** The author/s may arrange to have reprints made at their cost. Information on how to order offprints will be sent with the electronic proof from Wiley-Blackwell.

Print subscription and single issue sales are available from Wiley's PrintonDemand Partner. To order online click through to the ordering portal from the journal's subscribe and renew page

on Wiley Online Library. Costs Most articles are published at no cost to the author, but special arrangements must be made with the editor for publishing articles 52 containing extensive illustrative or tabular material or formulae or color prints. Review Procedures All manuscripts (except editorials, invited reviews and some commentaries) are sent by the editor to a qualified reviewer or reviewers. Authors may suggest reviewers to the editor but the editor is not bound by these suggestions. The reviewer suggestions are read by the editor who, based upon the advice received, returns the manuscript to the author/authors. If changes are suggested by the reviewers' prior to acceptance for publication, the reviewers' comments/suggestions will be sent to the authors electronically.

The authors will be asked to address all the reviewers' comments in a letter to the editor and will need to identify the page and paragraph where they have made or omitted the reviewers' comments and suggestions. If the authors choose to omit a reviewer's suggestion, they need to justify that decision in a clear and concise statement in the letter to the editor. Submitting Accepted Article Authors whose manuscripts have been accepted for publication will be asked to provide an electronic copy of the final draft via e-mail to SCDA@SCDAonline.org (mailto:SCDA@SCDAonline.org) or on a disk or CD (labeled with the manuscript title, author(s), and word processing version used). There are three preferred formats for digital artwork submission: Encapsulated PostScript (EPS), Portable Document Format (PDF), and Tagged Image Format (TIFF). We suggest

that line art be saved as EPS files. Alternately, these may be saved as PDF files at 600 dots per inch (dpi) or better at final size. Tone art, or photographic images, should be saved as TIFF files with a resolution of 300 dpi at final size. For combination figures, or artwork that contains both photographs and labeling, we recommend saving figures as EPS files, or as PDF files with a resolution of 600 dpi or better at final size.

Production and Proofs After acceptance, articles will be sent to Wiley-Blackwell to be copyedited and typeset. Then the corresponding author will receive an email with a link to the proof of his or her article. At this point, the author will need to download the proof, answer any typesetter queries, and look for any corrections that need to be made. The proofreader will mark these corrections and make her own edits. Then the typesetter will incorporate these last changes, and, after final checks are complete, the article will be published online early. **Copyrights** If your paper is accepted, the author identified as the formal corresponding author for the paper will receive an email prompting them to login into Author Services; where via the Wiley Author Licensing Service (WALS) they will be able to complete the license agreement on behalf of all authors on the paper. For authors signing the copyright transfer agreement If the OnlineOpen option is not selected the corresponding author will be presented with the copyright transfer agreement (CTA) to sign. For authors choosing OnlineOpen If the OnlineOpen option is selected the corresponding author will have a choice of the following Creative Commons License Open Access Agreements

(OAA): Creative Commons Attribution License OAA Creative Commons Attribution Non-Commercial License OAA Creative Commons Attribution Non-Commercial -NoDerivs License OAA 54. If you select the OnlineOpen option and your research is funded by The Wellcome Trust and members of the Research Councils UK (RCUK) you will be given the opportunity to publish your article under a CC-BY license supporting you in complying with Wellcome Trust and Research Councils UK requirements. Online Open Online Open Online Open is available to authors of primary research articles who wish to make their article available to non-subscribers on publication, or whose funding agency requires grantees to archive the final version of their article. With OnlineOpen, the author, the author's funding agency, or the author's institution pays a fee to ensure that the article is made available to non-subscribers upon publication via Wiley Online Library, as well as deposited in the funding agency's preferred archive.

Any authors wishing to send their paper OnlineOpen will be required to complete the payment form available from our website 55 at: <https://onlinelibrary.wiley.com/onlineOpenOrder> Prior to acceptance there is no requirement to inform an Editorial Office that you intend to publish your paper OnlineOpen if you do not wish to. All OnlineOpen articles are treated in the same way as any other article. They go through the journal's standard peer-review process and will be accepted or rejected based on their own merit.